

**O MODELO GRUPO ESCOLAR EM EXPANSÃO: O CASO DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO (1930-1940)¹**

**THE EXPANDING SCHOOL GROUP MODEL: THE CASE OF THE STATE OF
ESPÍRITO SANTO (1930-1940)**

Recebido em: 30/07/2023

Aceito em: 26/08/2023

Victor Silva Salaroli do Nascimento² 

Rosianny Campos Berto³ 

Resumo: Este texto objetiva analisar o processo histórico de expansão dos grupos escolares no estado do Espírito Santo, na relação com o desenvolvimento da escolarização primária formal, com foco no período entre as décadas de 1930 e 1940, a partir da produção acadêmica sobre o tema. Nesse sentido, enfatiza as perspectivas no campo da História da Educação sobre a temática em questão e analisa as raízes históricas dos grupos escolares no Brasil e no estado do Espírito Santo, com vistas a compreender o processo de expansão dos grupos escolares nacional e localmente. Conclui que, embora implantados no estado do Espírito Santo a partir de 1908, com a Reforma Gomes Cardim, foi somente a partir dos anos 1930 que, de fato, os grupos escolares se expandiram em termos quantitativos no estado. Todavia, devido à escassez de estudos sobre o tema, fica em aberto se essas instituições escolares correspondiam ao discurso político de modernização da educação capixaba, o que indica a necessidade de estudos que contemplem localmente a temática.

Palavras-chave: História da Educação; Instituições Escolares; Grupos Escolares; Escolarização; Espírito Santo.

Abstract: This text aims to analyze the historical process of expansion of school groups in the state of Espírito Santo, relating it to the development of formal primary schooling, focusing on the period between the 1930s and 1940s, based on academic literature on the subject. In this sense, it emphasizes the perspectives within the field of History of Education regarding the subject matter and analyzes the historical roots of school groups in Brazil and in the state of Espírito Santo, aiming to comprehend the process of national and local expansion of school groups. The conclusion is that, although implemented in the state of Espírito Santo from 1908 with the Gomes Cardim Reform, it was only from the 1930s that school groups truly expanded in quantitative terms in the state. However, due to the scarcity of studies on the subject, it remains uncertain whether these educational institutions aligned with the political discourse of modernization of education in Espírito Santo, which highlights the need for locally focused research on the topic.

Keywords: History of Education; Educational Institutions; School Groups; Schooling; Espírito Santo.

¹Este texto integra a pesquisa de mestrado em desenvolvimento no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes), na qual investigamos a constituição do Grupo Escolar Henrique Coutinho (Iúna/ES), como parte do processo de expansão da escolarização no estado do Espírito Santo.

² Mestrando em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/Ufes). E-mail: victorsalaroli26@gmail.com

³Doutora em Educação; professora do PPPGE/Ufes. Sub-coordenadora do Nucaphe. E-mail: rosiannyb@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este texto objetiva analisar os processos históricos de expansão dos grupos escolares no estado do Espírito Santo, na relação com o desenvolvimento da escolarização primária formal, com foco desde o processo de constituição dos grupos escolares no Espírito Santo até o período entre as décadas de 1930 e 1940, do “breve século XX”,⁴ a partir da produção acadêmica sobre o tema. Com o intuito de evitar demarcações temporais fixas, esse recorte diz respeito ao período de expansão quantitativa dos grupos escolares, no âmbito de políticas de expansão do ensino primário no Brasil e, especialmente, em solo capixaba. Trata-se de um caso pouco conhecido para os historiadores da educação, mas que pode lançar luz sobre questões da educação brasileira no período.

Os estudos sobre a constituição dos grupos escolares no Brasil têm se ancorado, segundo Souza e Faria Filho (2006) e Souza-Chaloba (2019), em diversas abordagens teórico-metodológicas, com predominância na História Cultural. Os autores indicam a prevalência do trabalho com fontes oficiais, incluindo, também, relatos orais e impressos, como revistas e jornais, enquanto alguns estudos aprofundam o contexto de análise com o exame de documentos localizados em arquivos públicos, escolares e pessoais – principalmente fotografias.

Produções acadêmicas sobre a história da educação no Espírito Santo, como a de Simões, Franco e Salim (2009), têm indicado as limitações desse tipo de pesquisa no Espírito Santo. Segundo os autores, isso pode ser observado ao se analisar a quantidade de trabalhos realizados sobre os grupos escolares no estado, principalmente com recortes a partir dos anos 1930. Essa realidade levou-nos a dar menos prioridade ao recorte temporal, em um primeiro momento, e privilegiar a análise de conteúdo das publicações, de forma a identificar contribuições para a temática. Como lembra Bloch (2001), sempre existirão recortes aproximados percorridos por pesquisadores anteriores que merecerão ser considerados para um posicionamento diante do problema.

Em consequência disso, levantamos os seguintes questionamentos à literatura: a) Quais as perspectivas no campo da História da Educação sobre os processos de escolarização e sua relação com o desenvolvimento dos grupos escolares? b) Quais os antecedentes históricos dos

4 O “breve século XX”, expressão consagrada por Hobsbawm, não começa em 1901 e nem termina no ano 2000. Para o historiador, ele começaria, de fato, em 1914, na eclosão da Grande Guerra e terminaria em 1991, com a queda da URSS. O historiador inglês descreve esse século como o mais terrível, um período de guerras e massacres. Ao mesmo tempo, todavia, trata-se de um período de intenso processo de urbanização, de vertiginoso crescimento demográfico (especialmente nos países subdesenvolvidos, fonte de inúmeros cataclismos) e de rápida expansão do ensino institucionalizado (HOBSBAWM, 1995).

grupos escolares no Brasil e no estado do Espírito Santo? c) Como se processou a expansão dos grupos escolares no Brasil e no estado do Espírito Santo? Ao olhar para essas dimensões, acreditamos ser possível compreender de que forma o modelo de grupo escolar foi erigido diante do desafio de colaborar para que a sociedade capixaba, mesmo aquela mais afastada da “capital”, se identificasse e fosse identificada como parte da “nação”.

METODOLOGIA

Para compreender a produção historiográfica sobre os grupos escolares no Espírito Santo, tomamos como fontes diferentes tipos de publicações sobre a temática da constituição dos grupos escolares no estado. Baseando-nos em Simões, Franco e Salim (2009) e, considerando a especificidade do objeto de estudo, partimos da hipótese de que não deveria ser grande o número de publicações sobre os grupos escolares em território espírito-santense, principalmente com recortes situados a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas (1930-1945) ou após esse período.

As primeiras buscas por textos acadêmicos se concentraram em trabalhos produzidos nos Programas de Pós-Graduação e disponibilizados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)⁵ e no Repositório da Universidade Federal do Espírito Santo (riUfes). Em seguida, em periódicos do campo da História da Educação, inicialmente por meio do indexador *Scientific Electronic Library Online* (SciELO)⁶ e, na sequência, diretamente nas páginas dos próprios periódicos: *Revista Brasileira de História da Educação*, da Sociedade Brasileira de História da Educação; *Revista História da Educação*, vinculada à Associação Sul-Rio-Grandense de pesquisadores em História da Educação (Asphe); *Cadernos de História da Educação*, da Universidade Federal de Uberlândia; e *Revista HISTEDBR On-line*, do Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação no Brasil (HISTEDBR), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).⁷

Foram utilizados como descritores os termos: “grupo escolar”, “grupos escolares”, “escola graduada” e “escolas graduadas”, que indicaram a existência de oito trabalhos, entre os quais estão: quatro dissertações de mestrado e três teses de doutorado. Não localizamos nos periódicos supracitados qualquer trabalho que fizesse referência aos grupos escolares no

5 Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/Content/whatIs>.

6 Disponível em: <https://www.scielo.br/>.

7 Os periódicos publicam produções oriundas, especificamente, de investigações em História da Educação e são classificados no *Qualis Capes* com estratos entre A1 e A3.

Espírito Santo, de modo que, com a finalidade de esgotarmos as possibilidades, incluímos nas buscas os *Cadernos de Pesquisa em Educação*, periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Por fim, a partir das referências dos trabalhos localizados, consideramos dois outros tipos de trabalho encontrados sobre o tema: um texto publicado nos anais do Congresso Brasileiro de História da Educação e um Trabalho de Conclusão de Curso, por considerarmos que poderiam contribuir com pistas sobre a temática e as fontes (Quadro 1).

QUADRO 1 - PESQUISAS SOBRE GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO

Autor	Título	Ano	Universidade/Revista	Tipo*
FERREIRA	História dos Grupos Escolares no Espírito Santo	2000	Congresso Brasileiro de História da Educação	A
ROSA	Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930-1945: o caso do Espírito Santo	2008	Universidade Federal do Espírito Santo	D
FALCÃO	História do Ensino da Leitura no Espírito Santo (1946 – 1960)	2010	Universidade Federal do Espírito Santo	T
SIMÕES; SALIM	A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908 – 1909)	2012	Cadernos de História da Educação	A
LOCATELLI	Espaços e Tempos de Grupos Escolares Capixabas na Cena Republicana do Início do Século XX: arquitetura, memórias e história	2012	Universidade Federal do Espírito Santo	T
LIMA	Práticas de escolarização da educação física no Espírito Santo: o Grupo Escolar Bernardino Monteiro (1908 a 1925)	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	D
NOVAES	Os Grupos Escolares no Espírito Santo: “Imagens” em Circulação na Revista Vida Capixaba (1930 – 1943)	2013	Universidade Federal do Espírito Santo	M
ALENCAR	Escolarização no Norte do Espírito Santo início do Século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares	2016	Universidade Federal do Espírito Santo	D
LAUFF	Diretrizes Para Formação de Professores Espírito-santenses na Antessala da Ditadura do Estado Novo (1930 – 1937)	2018	Universidade Federal do Espírito Santo	T
NOVAES	A Emergência do Grupos Escolares e a Produção, pela diferenciação, das “Escolas Isoladas” no Espírito Santo (1908 – 1916)	2020	Universidade Federal do Espírito Santo	D

Nota: * M: monografia; D: dissertação; T: tese; A: artigo/anais

Fonte: Elaborado pelos autores, 2023.

Como se observa, são poucos os estudos dedicados a analisar a questão dos grupos escolares no Espírito Santo com recortes temporais a partir dos anos 1930, a dizer de Rosa (2008), Falcão (2010), Novaes (2013) e Lauff (2018). Outros dois tecem apenas breves comentários sobre a situação desse modelo de instituição escolar no estado nesse período (FERREIRA, 2000; SIMÕES; SALIM, 2012). A maioria dos trabalhos que tomam os grupos escolares como foco principal de investigação compreendem o período designado como Primeira República no Brasil, quais sejam: Locatelli (2012), Simões; Salim (2012), Lima (2013), Alencar (2016) e Novaes (2020).

Considerando a escassez de estudos sobre o tema “grupo escolar” no Espírito Santo, em geral, e sobre a expansão dos grupos escolares a partir dos anos 1930, em particular, este texto

se constitui na relação com os trabalhos indicados anteriormente, em diálogo com a produção brasileira sobre os grupos escolares, por considerarmos a necessidade de analisar as relações entre aquilo que acontecia localmente e o modo como esses grupos se expandiram no Brasil, no cotejamento com questões educacionais, políticas e culturais mais amplas.

O ESTUDO DOS GRUPOS ESCOLARES NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Desde a sua constituição como campo de pesquisa, a partir da segunda metade do século XX, a história das instituições escolares e educacionais ocupa um lugar relevante na História da Educação brasileira (SOUZA-CHALOPA, 2019). Entre as razões para isso, pode-se apontar a consolidação da pós-graduação, que tem levado a uma maior institucionalização da pesquisa acadêmica, bem como os incentivos desencadeados por uma espécie de crise paradigmática, o que promove a diversidade epistemológica e o pluralismo temático, privilegiando a pesquisa de temas singulares. Nesse processo, está inserida a história dos grupos escolares, que ganha espaço na historiografia da educação a partir dos anos 1990 (SOUZA; FARIA FILHO, 2006).

Desse movimento, resulta a confluência de duas temáticas ou eixos de pesquisa para as quais se direcionaram os pesquisadores do campo da História da Educação: de um lado, os estudos sobre os processos de implantação dos grupos escolares; de outro, o interesse pela cultura escolar⁸ como abordagem analítica (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Segundo Souza-Chaloba (2019), essa confluência significou, nas últimas décadas, a conformação de novas questões de pesquisa, novas temáticas e novos conceitos, configurando-se outras possibilidades de encarar o passado da educação brasileira.

À vista disso, Souza-Chaloba (2019) indica a consolidação de pesquisas que envolvem a arquitetura dos grupos escolares, a organização dos tempos, das disciplinas e dos métodos de ensino, a formação docente, as políticas educacionais, os sujeitos, os rituais, os cotidianos, as relações de força que condicionam o espaço escolar, entre outras possibilidades de pesquisa. Todo esse esforço tem produzido distintas perspectivas interpretativas sobre a história dos grupos escolares no Brasil e sua função social.⁹

8 “A cultura escolar é descrita como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos” (JULIA, 2001, p. 10).

9 Neste final de primeiro quarto de século XXI, associações, órgãos e grupos de pesquisadores, comprometidos com estudos na área educacional, buscam, em investigações a respeito dos grupos escolares, contribuir com a história da escolarização no Brasil (SOUZA-CHALOPA, 2019). No âmbito da Universidade Federal do Espírito

No entendimento desse processo, é fundamental partir da noção de escolarização. Tomada neste texto a partir de Souza e Faria Filho (2006), a escolarização diz respeito à forma de se conhecer e compreender, por meio de narrativas e fontes, processos, normas, valores e comportamentos que permeiam a institucionalização da escola em determinado espaço e período. Nessa perspectiva, é preciso considerar os processos de escolarização das crianças, observando de perto a duração do tempo de escola e seu significado social, a oscilação da frequência escolar e a origem socioeconômica dos estudantes.

No estudo do “processo de constituição de grupos escolares”, convém, segundo Souza e Faria Filho (2006), analisar a relação entre o Poder Público e a sociedade, o papel do estado e dos cidadãos em relação à educação formal pública, inclusive a questão dos municípios no que tange ao processo de construção de escolas. Já o “processo de escolarização”, no entendimento dos autores, faz referência à situação do grupo escolar, enquanto instituição, em relação às outras escolas primárias, como também à educação primária nos âmbitos estadual e federal, inclusive ao se considerar os ideários pedagógico, religioso e político de uma dada realidade histórica.

Essas escalas de observação representam, como lembram Faria Filho *et al.* (2004), um direcionamento para desmantelar o idealismo a que foram submetidos os trabalhos a respeito da história das instituições escolares e dos processos de escolarização da formalidade rígida e do idealismo, ao longo do tempo, pela tradição historiográfica brasileira no campo da educação. Esses “esforços” são perceptíveis em duas frentes diretamente relacionadas: de um lado, ao encarar o espaço escolar como um lugar de forças e ao privilegiar “[...] os aspectos sociais, culturais, políticos, econômicos das escolhas efetivadas pelos agentes que intervêm continuamente no processo de escolarização”; de outro, “[...] ao lançar luzes sobre as práticas de apropriação do currículo das quais, de alto a baixo, os saberes escolarizados são produto” (FARIA FILHO *et al.*, 2004, p. 151).

Nesse sentido, devemos nos preocupar com as consequências das políticas reformistas da educação brasileira e, também, com seus fenômenos específicos, ou seja, com as dimensões espaciais e temporais dos fenômenos escolares, com a transmissão de conhecimentos, sensibilidades e valores, e com a forma como se expressa e se percebe a importância das disciplinas escolares e das abordagens escolares em contextos históricos específicos.

Santo temos o Núcleo Capixaba de Pesquisa em História da Educação (Nucaphe), que atualmente desenvolve algumas iniciativas nesse sentido (SIMÕES; BERTO; SALIM, 2021).

Esses apontamentos permitem visualizar possibilidades da pesquisa histórica para a compreensão das condições sociais e escolares a que os sujeitos foram submetidos ao longo das experiências de escolarização, em sua relação com processos de constituição dos grupos escolares. De forma correlata, possibilitam identificar artimanhas articuladas por esses mesmos agentes com vistas a dar sentido aos seus atos e, também, à própria escola. Afinal, até mesmo nas lembranças daquelas pessoas que não puderam frequentar os grupos escolares, extintos na década de 1970, eles permanecem como modelo de escola de qualidade, não sendo raro localizar, ainda hoje, aqueles que se referem à escola de ensino fundamental, de 1º ao 5º ano, como “grupo escolar” (SOUZA, 1998). Ademais, a cultura escolar tecida nesse formato de escola, mesmo quase meio século após seu desaparecimento, ainda é observável nas escolas atuais, tanto em termos de graduação e ensino simultâneo, como de horários e de racionalização do trabalho pedagógico, ou, até mesmo, em outras práticas escolares mais sutis, como recompensas morais e punições (VIDAL, 2006).

Antes da implementação no Brasil, os grupos escolares já haviam se firmado em outros países, ainda na segunda metade do século XIX, como Espanha, França, Reino Unido e Estados Unidos (SOUZA, 1998).¹⁰ No final do mesmo século, a universalização do ensino primário era um fenômeno consolidado em muitos desses países (FELGUEIRAS; SILVA, 2006).

Até o início do século XX, as bases das escolas públicas modernas foram estabelecidas em toda a América Latina (CARVALHO, 2016). Nesse processo, os primeiros grupos escolares implantados formaram o alicerce para a consolidação do sistema de ensino público almejado (SOUZA, 1998). Assim, essa nova forma escolar é entendida, neste texto, como um modelo específico de escola, que procurava romper com o entendimento escolar que vigorava até então – a escola isolada¹¹ – e passava a ser encarada como exemplo de escola primária formal pública, mais eficiente, mais legítima – “escola de verdade” (VIDAL, 2006).

10 As escolas graduadas, como ficaram conhecidas em Espanha, que em Portugal assim como na Alemanha ou na Bélgica receberam o nome de escolas centrais, não tiveram a expressão e significado que tiveram em outros países, como nos Estados Unidos da América e no Brasil, apesar de a primeira escola nesses moldes, de que há informação, ter surgido em Lisboa em 1869 (SOUZA, 1998; FELGUEIRAS; SILVA, 2006). No Brasil, a terminologia grupo escolar se relaciona ao fato de essa instituição escolar se constituir da reunião de escolas isoladas e/ou reunidas em um único prédio escolar (SAVIANI, 2011).

11 O termo “escola isolada” remete ao formato de organização do ensino primário público do Brasil durante o século XIX e que prevaleceu no país mesmo após o processo de implantação dos grupos escolares. As escolas isoladas eram formadas por um ou mais grupos de educandos, ao encargo de um(a) docente. Não havia obrigação quanto a seriação do ensino ou divisão de turmas por idade. Em parte dos casos, o espaço escolar era constituído na casa do próprio docente (NOVAES, 2020).

No Brasil, os grupos escolares apareceram na última década do século XIX, atrelados às Escolas Modelo e às Escolas Normais,¹² instaurando paradigmas pedagógicos e formas de gerenciamento do espaço escolar, bem como a vanguarda dos métodos de ensino (FARIA FILHO, 2000). Quando esse processo se iniciou, em 1893, ano em que as medidas adotadas nas reformas paulistas de 1892 foram implementadas, os grupos escolares se espalharam por todo o estado de São Paulo, chegando a 101 unidades em 1910, 77 delas no interior e outras 24 unidades na capital (SOUZA, 1998).

Segundo Saviani (2011), apesar da abrangência na totalidade da Instrução Pública, a reforma promulgada em 1892 teve em seu âmago a educação primária. Além disso, a inovação consistiu na implantação dos grupos escolares, desenvolvidos para aglutinar em um só prédio escolar de quatro a dez escolas isoladas (SOUZA, 1998). Foi a partir da implementação, em São Paulo, que o modelo se irradiou pelos demais estados.

[...] surgidos no corpo das leis desde 1893, em São Paulo e no Rio de Janeiro, regulamentados e instalados a partir de 1894 no estado de São Paulo, os Grupos Escolares emergiram ao longo das duas primeiras décadas republicanas nos estados do Rio de Janeiro (1897); Maranhão e Paraná (1903); Minas Gerais (1906); Bahia (1908), Rio Grande do Norte, **Espírito Santo** e Santa Catarina (1908); Mato Grosso (1910); Sergipe (1911); Paraíba (1916); e Piauí (1922); e somente foram extintos em 1971, com a promulgação da Lei 5.692. Acolheram, ao menos, duas gerações de brasileiros em seus bancos e foram responsáveis pela inserção de uma significativa parcela da população nacional no universo dos saberes formalizados (VIDAL, 2006, p. 3, grifo nosso).

Para Vidal (2006), os grupos escolares constituíram-se como “escolas graduadas” ao agruparem em um único prédio as antigas “escolas isoladas”, organizando o trabalho dos professores em torno de “séries escolares” correspondentes ao ano civil e finalizadas pela aprovação ou reprovação em exame final. Ademais, a educação sequencial e seriada

[...] substituía as classes de alunos em diferentes níveis de aprendizagem, sob a autoridade única do professor, e era regulado pela introdução da figura do diretor, oferecendo organicidade e homogeneidade à escolarização e produzindo uma nova hierarquia funcional pública. As matrículas restringiam-se ao início do ano letivo e a frequência se apresentava como obrigatória, em geral, para crianças de 7 a 12 anos de idade, o que concorria para estabelecer uma idade da escola primária coincidente a uma determinada idade de infância (VIDAL, 2006, p. 3).

12 A Escola Modelo funcionava como centro de propagação de conteúdo, teorias e práticas pedagógicas que deveriam ser implementadas nos grupos escolares (SIMÕES; SALIM, 2012). No caso da Escola Normal, era a instituição responsável por formar professores entre a segunda metade do século XIX e boa parte do século XX, considerado um local de circulação de conhecimento e construção da cultura escolar, proporcionando mudanças na educação, na ordem social e política (SIMÕES; SCHWARTZ; FRANCO, 2017).

Como lembra Faria Filho (2000), a implantação desse modelo de escolarização significou não apenas uma nova forma de organizar a educação escolar; houve, também, uma estratégia de ação fundamental no campo da educação institucionalizada por parte do poder estatal, o que modelou práticas, legitimou competências, propôs metodologias e, finalmente, impôs pedagogias e práticas aos profissionais da educação. Na análise do autor, essa política educacional forjou uma nova forma de ensino, graduada, em vez da antiga forma de escola isolada, considerada “pardieiros arcaicos” pelos reformadores republicanos.

Todavia, embora as reformas de São Paulo não tenham conseguido consolidar e estabelecer a unidade ideal do sistema educacional do estado, as ideias que guiaram essas reformas tiveram um grande impacto nas políticas educacionais de vários estados brasileiros no século XX (SOUZA, 1998). Simões e Salim (2012) afirmam que, inspirados na experiência paulista, não obstante, a implantação dos grupos escolares no estado do Espírito Santo ocorrera somente a partir de 1908, e, ainda assim, o novo modelo institucional de escolarização não conseguira atingir o mesmo padrão alcançado pelos paulistas.

CONSTITUIÇÃO E EXPANSÃO DOS GRUPOS ESCOLARES NO ESPÍRITO SANTO

Marco do processo de implantação dos grupos escolares no estado do Espírito Santo, a Reforma Gomes Cardim de 1908 teria priorizado, em consonância com o governo de Jerônimo de Souza Monteiro, a fiscalização e a punição na destinação das atividades docentes, por um lado; e, por outro, a qualificação profissional dos professores que atuariam nos grupos escolares construídos a partir daquele ano (NOVAES, 2020).¹³ Alicerçado nos postulados da escola moderna, representada pelo grupo escolar, o professor paulista Carlos Alberto Gomes Cardim – especialmente contratado pelo governo do estado para modernizar a Instrução Pública espírito-santense –, organizou, entre os anos 1908 e 1909, nos municípios de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, respectivamente, os primeiros grupos escolares capixabas (LOCATELLI, 2012).

Como se pode constatar pelas cidades elencadas, os primeiros grupos escolares foram implantados nos centros urbanos de maior porte do estado (HEES; FRANCO, 2003). Nas

13 Um caso exemplar da rigidez característica da Reforma Cardim é apresentado por Bezerra (2019). Em sua dissertação de mestrado, a pesquisadora destaca o caso da professora Joanna Passos, que exercia o magistério na localidade de Regência, no Espírito Santo. A professora sofreu um processo de demissão no ano de 1909, por “má-conduta”, embora tivesse recorrido às acusações utilizando artifícios legais que comprovavam sua inocência.

idades pequenas e médias – a grande maioria na época –, continuaram funcionando escolas “isoladas” e “reunidas”,¹⁴ com modelos multisseriado e monodocente. Como indica Locatelli (2012), o fato de, nos primeiros 30 anos do século XX, no Espírito Santo, terem sido formados grupos escolares nos moldes de destacadas escolas urbanas, sugere que o ideal de civilização republicana por meio de grupos escolares não chegou efetivamente ao Espírito Santo, então eminentemente rural.

Ao longo da Primeira República (1889-1930), os grupos escolares locais enfrentaram diversas dificuldades, devido à insuficiência de recursos, como más condições físicas, falta de manutenção das edificações, falta de provimento material, formação inadequada de docentes e funcionários, baixos salários, além de dificuldades para os professores absorverem os novos métodos de ensino (FERREIRA, 2000; SIMÕES; SALIM, 2012). Entretanto, assim como Souza (1998) o fez para o caso paulista, Locatelli (2012) aponta que, no Espírito Santo, mesmo diante de todas essas questões, que dificultavam o acesso e a permanência da população na escola, há indícios de que tenha ocorrido pelo menos uma modesta aproximação das populações mais pobres em relação ao ensino formal.

Apesar dos objetivos dos reformadores, o processo de construção de um modelo republicano de escolarização no estado, principalmente nas cidades do interior, baseava-se nas condições de políticas locais e na sua estreita relação com a população (LOCATELLI, 2012; ALENCAR, 2016). Dessa forma, explorando a noção bastante difundida de que essas escolas, vistas como palácios da propaganda republicana, “[...] simbolizavam projetos de mudança para a instrução pública, pode-se argumentar que, no contexto capixaba, o palácio era de vidro” (SIMÕES; SALIM, 2012, p. 100).

Ainda em 1926, o estado somava apenas três grupos escolares e uma escola modelo: duas instituições na capital, Escola Modelo e Grupo Escolar Gomes Cardim; um em Cachoeiro de Itapemirim, Bernardino Monteiro, e o outro em Muqui, Dr. Fernando de Souza Monteiro (LOCATELLI, 2012).

De modo geral, conforme descrito por Faria Filho (2000), as políticas das primeiras décadas do século XX levaram à construção de prédios escolares que, ainda hoje, exibem beleza arquitetônica, como verdadeiros “palácios”. Entretanto, a partir da década de 1930, para satisfazer o enorme crescimento populacional e as novas demandas profissionais de uma

14 Segundo Bonatto (2005), seriam escolas reunidas e funcionaria em um único prédio escolar quando a quantidade de escolas isoladas de cada sexo em uma dada localidade fosse inferior a quatro unidades. Quando existissem quatro ou mais escolas, passariam a ser denominadas de “grupos escolares”.

sociedade industrializada, modificaram-se os programas de construção dos grupos escolares para responder à urgência de escolarização, sem perder suas principais características relacionadas ao tempo e ao espaço: racionalização e modernização (SOUZA; FARIA FILHO, 2006; SOUZA, 2010).

No ano de 1936, no caso do Espírito Santo, segundo dados oficiais arrolados por Ferreira (2000), o estado já operava com 25 grupos escolares distribuídos em vários municípios. Pode-se observar, por esse panorama, um aumento considerável desse tipo de escola em um período de seis anos: quatro em 1930 para 25 em 1936. Em 1939, o Espírito Santo já contava com 52 grupos escolares.

Souza e Faria Filho (2006) argumentam que, de um jeito ou de outro, as pesquisas relacionadas aos grupos escolares demonstram que, embora implantados durante a primeira experiência republicana no Brasil, a irradiação efetiva dessa modalidade de escolarização aconteceu a partir da década de 1930, de modo a acarretar “[...] de muitas maneiras a deterioração das condições de atendimento do ensino primário. **Os grupos escolares deixaram de representar o moderno em educação pública e se tornaram precárias escolas primárias**” (SOUZA; FARIA FILHO, 2006, p. 139, grifo nosso).

A partir dos anos 1930, portanto, as autoridades locais passaram a se preocupar com a disseminação do já não tão novo modelo escolar republicano pelo território capixaba. Em conformidade com Souza e Faria Filho (2006), entendemos que o exame desse processo de expansão dos grupos escolares é importante, assim como o estudo sobre as rupturas e as permanências internas do espaço escolar, ocorridas entre os anos de 1930 e 1940. Somente dessa maneira, poder-se-á balizar as representações instituídas no início do século XX acerca dos grupos escolares como símbolo de modernização educacional (SOUZA; FARIA FILHO, 2006). Segundo os pesquisadores, esse período teve expressivo predomínio escolanovista, o que provocou a reconfiguração dos objetivos do ensino primário e uma reordenação da própria instituição escolar no Brasil.

Com a nova ordem imposta pela Revolução de 1930, buscou-se transformar o sistema político e consolidar um amplo programa de reformas sociais, administrativas e políticas no país (FAUSTO, 1997). Schwarcz e Starling (2015) indicam que o projeto varguista de tomada do poder era não somente ambicioso, mas centralizador, reformista e autoritário. A agenda incluía quase todas as questões levantadas pela Aliança Liberal entre os anos de 1929 e 1930,

entre elas a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública e a efetiva centralização das políticas educacionais no país (FAUSTO, 1997; SCHWARCZ; STARLING, 2015).

À frente desse ministério, os mineiros Francisco Campos (1931-1934) e Gustavo Capanema (1934-1945) implementaram duas importantes reformas educacionais, buscando conciliar diferentes projetos educativos, oriundos de forças políticas e sociais diversas – Igreja, exército, burguesia, elite agrária e intelectuais (CARVALHO, 2016). Tudo isso em consonância com o princípio central do estado varguista, que apregoava a indispensabilidade de construção de um sistema de escolarização formal que educasse almas cidadãs, à luz daquilo que a modernidade percebeu como identidade nacional (ALVES, 2010) – um grupo de indivíduos que vivem em um mesmo espaço, território; têm tradições e histórias comuns, falam a mesma língua e que, sob a batuta do estado, anseiam pela defesa, a unidade nacional e territorial, a ordem como princípio civilizatório e o progresso (HOBSBAWM, 1995).

O principal objetivo, calcado no nacionalismo, no desenvolvimentismo e na unidade nacional, era estabelecer um corte radical entre o velho Brasil desunido, referência à “República Velha”, e um novo Brasil que teria nascido com a chamada “Revolução de 1930” (SCHWARCZ; STARLING, 2015). Em outras palavras, acreditava-se em um projeto de integração nacional e de reconstrução de uma nova ordem política, econômica e social que não deveria ser dilacerada por disputas partidárias e regionais, mas por uma coesão e união nacional em prol da entrada do Brasil nos tempos modernos (FAUSTO, 1997).

A escolarização passou a ser vista como estrutura fundamental no processo de afirmação da nacionalidade brasileira (ALVES, 2010). Com vistas à formação patriótica dos cidadãos, inseriu-se, como conteúdo transversal de ensino nos grupos escolares, a Instrução Moral e Cívica, que enfatizava as tradições de um passado homogêneo e os feitos gloriosos de figuras históricas famosas em sua luta pela defesa do território e da unidade nacional (SOUZA, 2010). À época, esses conteúdos não deveriam se limitar a uma determinada disciplina, mas permear todo o processo educativo e incluir um estudo dos deveres do ser humano como cidadão em relação ao estado e à sociedade (ALVES, 2010).

A partir desse governo, houve mudança em relação aos interesses republicanos, pois os princípios da etnicidade e do nacionalismo passaram a receber mais atenção como proposta estatal, reconhecendo-se sua importância política na educação escolar como relevante estrutura social no desenvolvimento do estado-nação (SOUZA, 2010). Dessa forma, o grupo escolar passou a ser considerado uma instituição que formaria uma cultura nacionalista que

permaneceria nas agendas discursivas dos principais partidos, classes e grupos sociais voltados para a realização do estado em suas diversas instâncias de governo. Assim, reconhecendo a pertinência e o poder da estrutura escolar para a construção de uma nova identidade nacional brasileira, o estado varguista buscou replicar sua ideologia nacionalista no processo de expansão quantitativa das escolas, mantendo a forma “grupo escolar” como um espaço educativo com particularidades próprias (ALVES, 2010).

Nesse ínterim, a partir dos anos 1930, destacou-se no Espírito Santo, a expansão do processo de escolarização primária, principalmente por meio da implantação do modelo grupo escolar, com tendências desenvolvimentista e nacionalista (ROSA, 2008). Ocorreu, nesse contexto, a efetiva expansão do ensino primário e a valorização da alfabetização dos cidadãos capixabas; reagiu-se, então, à educação tradicional, “livresca” e propagaram-se ideais do escolanovismo – ainda que não explicitamente –, do nacionalismo e do catolicismo (LAUFF, 2018). De modo geral, seguindo diretrizes nacionais, o processo de intervenção nos grupos escolares capixabas caracterizou-se por uma acelerada centralização do sistema de educação pública sob a condução de João Punaro Bley e de seus secretários de educação (ROSA, 2008; LAUFF, 2018).¹⁵

Expandir o número de grupos escolares no estado, no entanto, ao que parece, não implicaria padronizar todo o ensino ou mesmo garantiria qualidade aos modelos educacionais já existentes (NOVAES, 2013).¹⁶ Foram as escolas isoladas, até boa parte do século XX, que formaram a maioria das instituições escolares do estado do Espírito Santo. Para se ter uma ideia da importância dessas escolas, convém lembrar que, no ano de 1947, por exemplo, funcionou, em todo o estado, um total de 1155 instituições escolares, distribuídas entre 1074 escolas isoladas, 63 grupos escolares, 13 escolas agrupadas, entre outras formas de escolarização (FALCÃO, 2010).

Além disso, como diz Lauff (2018, p. 200), sobre o movimento escolanovista e sua propagação em território capixaba após a Revolução de 1930: “[...] na antessala do Estado

15 João Punaro Bley foi nomeado interventor federal no Espírito Santo no ano de 1930, embora fosse um oficial sem tradição no Estado e carente de experiência na administração pública. Em 1935, seria eleito governador. Com a decretação do Estado Novo em 1937, Bley, que apoiou a medida, foi confirmado no cargo, agora novamente na qualidade de interventor federal. Em janeiro de 1943, deixou a interventoria (GRAZZIOTTI, 2006).

16 O estudo de Novaes (2013) é uma exceção neste estudo. Apesar do critério de privilegiar artigos, dissertações e teses, a monografia de Novaes se mostrou importante para a compreensão do imaginário em torno dos grupos escolares capixabas, ao longo dos anos 1930 e início dos 1940. Trata-se de um trabalho que trouxe respostas para indagações que não encontraram diálogo em outra pesquisa até o momento. A monografia foi apresentada como trabalho de conclusão de curso em Pedagogia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Novo, a reforma da Escola Activa parece ter sido uma fotografia retirada da parede”. Ou melhor, apesar de adotadas aqui e acolá, as diretrizes escolanovistas não eram explicitamente defendidas nas políticas educacionais capixabas do período. Para a autora, a despeito da manutenção de alguns princípios escolanovistas instituídos pela Reforma alvitrada por Attilio Vivacqua no final da década de 1920,¹⁷ a partir dos anos 1930 a formação dos professores que atuariam nos grupos escolares foi baseada em princípios como o da praticidade e da agilidade, com considerável esvaziamento teórico (LAUFF, 2018).

De qualquer forma, essa expansão dos grupos escolares no estado também pode se relacionar com o fato de que a sociedade brasileira se encontrava cada vez mais urbanizada e politizada e, já em meados da década de 1940, reivindicava uma demanda por educação pública. Saviani (2011) lembra que as classes populares começaram a considerar o caminho da educação como um meio para alcançar a ascensão social. Além disso,

[...] com a retomada do regime político baseado no voto [em 1945], as aspirações populares de melhoria de vida mediante a passagem pela educação escolar encontram, no agente político em busca de eleitores, um defensor intransigente da necessidade de criação de mais escolas. A ação do político forçou decisivamente a ampliação dos gastos públicos na rede de escolas (BEISIEGEL, 2004, p. 395).

Essa importância dada à educação como instrumento de ascensão social estava em consonância com a expansão de um desenho estratificado de sociedade que começava a se desprender de seus traços estamentais e a abraçar particularidades mais próximas às de uma sociedade de classes (BEISIEGEL, 2004). Em consequência disso, as classes populares identificavam no estado e em suas políticas públicas as possibilidades de atendimento de suas aspirações: “[...] o agente político aparece como o mediador entre as reivindicações educacionais dos habitantes e a atuação do Poder Público na área do ensino” (BEISIEGEL, 2004, p. 397).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na literatura analisada, os grupos escolares formaram uma modalidade de escola primária mais complexa em comparação ao que existia até então, e, por isso mesmo,

17 Segundo Berto (2013, p. 240), “[...] a reforma educacional proposta [por Attilio Vivacqua] para o Espírito Santo pode ser compreendida num emaranhado que envolve tanto sentimentos de brasilidade, como anseios nacionalistas – os quais tendiam a facilitar as adesões dos segmentos sociais mais amplos à proposta –, bem como princípios científicos em busca da adaptação dessas orientações à realidade local”.

marcaram o último quarto do século XIX e os três primeiros do século XX. Seja como for, o modelo de grupo escolar foi disseminado por toda a nação e, ainda que não tenha sido o padrão em termos quantitativos, deixou como legado a sistematização no que concerne ao ensino primário. A história dos grupos, portanto, confunde-se com a história do ensino primário e está no centro do processo de institucionalização da escola pública no Brasil.

Consoantes ao preceito de que a história escrita pelo historiador da educação é feita “às avessas” (BLOCH, 2001), indicamos, neste texto, os processos de constituição do campo de pesquisa relacionado aos grupos escolares, seu desenvolvimento na transição do século XX para o XXI, bem como suas características atuais e propostas de análise sobre o tema. Em suma, descrevemos o caminho que essa temática percorreu ao longo dos últimos trinta anos no Brasil, destacando, ainda, a força da História Cultural nesse campo de estudos e, ao mesmo tempo, sua abertura para outras perspectivas de investigação.

Em seguida, apresentamos, sob o contexto histórico de manifestação de um novo regime político, projetos e reformas oficiais que conclamavam a necessidade de formação do povo brasileiro. Para tanto, a escola pública e, em nosso caso específico, os grupos escolares, passaram a ser vistos como espaços formadores e legitimadores da “nova” ordem republicana. Ressaltamos, porém, que durante a Primeira República (1889-1930) no estado do Espírito Santo, o modelo grupo escolar constituiu um programa educacional limitado, apesar de marcante no discurso político. Apenas quatro instituições desse tipo haviam sido construídas até 1930. Foram as escolas isoladas que, nesse contexto, constituíram o grosso do processo de escolarização formal no estado durante esse período.

Observamos, porém, que no primeiro governo Vargas (1930-1945), tal instituição escolar constituiu um programa educacional estruturado, à medida que acentuou o caráter autoritário do governo, o qual buscou direcionar o sistema educacional a serviço da implantação e da legitimação de sua política centralizadora e nacionalista. Com base nesse entendimento, analisamos a expansão e a precarização dos grupos escolares, considerando os redimensionamentos desse arranjo político na cultura dessas instituições.

Cabe ressaltar que foi nesse período que ocorreu a efetiva expansão dos grupos escolares no estado do Espírito Santo, mesmo que as escolas isoladas ainda fossem o principal meio de escolarização formal. O número de grupos escolares saltou de quatro em 1930 para mais de 50 na década de 1940. Todavia, os estudos considerados neste artigo, com recortes a partir dos anos 1930, apontam para a relação diretamente proporcional entre a expansão quantitativa dos

grupos escolares e a precarização deles. Para atender à demanda cada vez mais crescente por escolarização – nas décadas de 1930 e 1940 –, o governo federal construiu mais escolas, porém sem a necessária atenção aos aspectos qualitativos, optando por aquilo que Souza e Faria Filho (2006) classificaram como “precárias escolas de ensino primário”.

Para finalizar, destacamos que a literatura analisada aponta que, embora implantados no estado do Espírito Santo a partir de 1908, com a Reforma Gomes Cardim, foi somente a partir dos anos 1930 que, de fato, os grupos escolares se expandiram em termos quantitativos no estado. Todavia, devido à escassez de estudos sobre o tema, fica em aberto se essas instituições escolares correspondiam ao discurso político de modernização da educação capixaba, isto é, se o processo de expansão coincidia com a melhora qualitativa das escolas, diferenciando-se do contexto geral apontado por Souza e Faria Filho (2006). Sobre o Espírito Santo, não foram encontrados estudos relacionados aos grupos escolares com recortes a partir de 1930 para que fosse possível analisar a situação desse modelo de escolarização no estado, o que reafirma a necessidade de pesquisas nesse campo.

REFERÊNCIAS

ALVES, Márcio Fagundes. **A Reconstrução da Identidade Nacional na Era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do Grupo Escolar José Rangel/Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945)**. 138 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ALENCAR, Ingrid Regis de Freitas Schmitz De. **Escolarização no Norte do Espírito Santo início do século XX: das escolas isoladas aos grupos escolares**. 179 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

BEISIEGEL, Celso de Rui. Educação e Sociedade no Brasil após 1930. In: FAUSTO, Boris (Org.). **História Geral da Civilização Brasileira: o Brasil Republicano**, Vol. 4. 4ª ed. São Paulo: Difel, 2004, p. 382-416.

BERTO, Rosianny Campos. **A Constituição da Escola Activa e a Formação de Professores no Espírito Santo**. 284 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

BEZERRA, Ariadny. **Supremo Escândalo: o caso Joanna Passos e o Exercício do Magistério do Espírito Santo no Início do Século XX**. 164 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2019.

BLOCH, Marc. **Apologia da História ou O Ofício de Historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONATTO, Jaklane de Souza Almeida. **A construção histórica da profissionalidade docente no Espírito Santo (1908-1930)**: um estudo sobre as reformas educacionais de Gomes Cardim e Attilio Vivacqua. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo - Dissertação (Mestrado), 2005.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Reformas da Instrução Pública. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; VEIGA, Cynthia Greive (Org.); FARIA FILHO, Luciano Mendes De. **500 Anos de Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016, p. 225–252.

FALCÃO, Elis Beatriz de Lima. **História do Ensino da Leitura no Espírito Santo (1946 – 1960)**. 279 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. et al. **A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação brasileira**. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 139-159, abr. 2004. Universidade de São Paulo.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. **Dos Pardieiros aos Palácios**: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. Passo Fundo: UPF Editora, 2000.

FAUSTO, Boris. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FELGUEIRAS, Margarida; SILVA, Elizabeth Poubel e. A implementação das Escolas Centrais em Portugal. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 47-67.

FERREIRA, Viviane Lovatti. História dos Grupos Escolares no Espírito Santo. In: **Congresso Brasileiro de História da Educação**: Educação no Brasil – História e Historiografia, 1. Rio de Janeiro, CD Rom. Rio de Janeiro, UFRJ/Fórum de Ciência e Cultura, 2000.

GRAZZIOTTI, Marinete. **Dever do Estado e Direito do Cidadão**: as políticas públicas no governo varguista no Espírito Santo (1930 – 1945). 162 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

HEES, Regina Rodrigues; FRANCO, Sebastião Pimentel Franco. **A república e o Espírito Santo**. Vitória: Multiplicidade, 2003.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAUFF, Rafaelle Flaiman. **Diretrizes Para Formação de Professores Espírito-santenses na Antessala da Ditadura do Estado Novo (1930 – 1937)**. 251 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2018.

LOCATELLI, Andrea Brandão. **Espaços e Tempos de Grupos Escolares Capixabas na Cena Republicana do Início do Século XX**: arquitetura, memórias e história. 222 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

NOVAES, Maria Anna Xavier Carneiro de. **A Emergência dos Grupos Escolares e a Produção, Pela Diferenciação, das “Escolas Isoladas” no Espírito Santo (1908-1916)**. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

NOVAES, Maria Anna Xavier Carneiro de. **Os Grupos Escolares no Espírito Santo: “Imagens” em Circulação na Revista Vida Capixaba (1930 – 1943)**. 81 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

ROSA, Josineide. **Os interesses e ideologias que nortearam as políticas públicas na educação no governo Vargas 1930 – 1945: o caso do Espírito Santo**. 350 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2011.

SIMÕES, Regina Helena Silva; BERTO, Rosianny Campos; SALIM, Maria Alayde Alcantara. Escritas da história da educação capixaba produzidas no âmbito da Universidade Federal do Espírito Santo (1992-2018). In: **Temas da história e da historiografia da educação no Espírito Santo**, Vol. 1. Campos dos Goytacazes: Encontrografia, 2021, p. 24-39.

SIMÕES, Regina Helena Silva; FRANCO, Sebastião Pimentel e SALIM, Maria Alayde Alcantara. A história da Educação no Estado do Espírito Santo: o que se produz na academia. In: **História da Educação no Espírito Santo: vestígios de uma construção**. Vitória, ES: EDUFES, 2009, p. 13-25.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SALIM, Maria Alayde Alcantara. A organização de grupos escolares capixabas na cena republicana do início do século XX: um estudo sobre a Reforma Gomes Cardim (1908 – 1909). **Cadernos de Pesquisa em Educação**, Vitória, v. 18, n. 35, p. 93-111, jul./dez. 2012.

SIMÕES, Regina Helena Silva; SCHWARTZ, Cleonara Maria; FRANCO, Sebastião Pimentel. A gênese, a implantação e a consolidação da escola normal no Espírito Santo. In: ARAUJO, José Carlos Souza; FREIRAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império a República**. 2ª ed. Campinas: Alínea, 2017, p. 187-202.

SOUZA-CHALоба, Rosa Fátima de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a historiografia da educação brasileira: reflexões para debate. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19. 24 p., jul./dez. 2019.

SOUZA, Rosa Fátima de. **Templos de Civilização: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo, 1890 – 1910**. São Paulo: UNESP, 1998.

SOUZA, Rosa de Fátima; FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A contribuição dos estudos sobre grupos escolares para a renovação da história do ensino primário no Brasil. In: VIDAL, Diana Gonçalves (Org.). **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”**. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 15-46.

SOUZA, Sirlene Cristina de. **Grupo Escolar de Ibiá, MG (1932 a 1946)**: uma expressão estadual. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.

SCHWARCZ, Lilia Moritz; STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil**: uma biografia. São Paulo: Schwarcz, 2015.

VIDAL, Diana Gonçalves. Tecendo História (e Recriando Memória) da Escola Primária e da Infância no Brasil: os grupos escolares em foco. In: **Grupos Escolares**: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil “1893 – 1971”. Campinas: Mercado das Letras, 2006, p. 3-14.